

EM PAUTA

ECONOMIA AZUL

UM MAR DE OPORTUNIDADES
SUSTENTÁVEIS PARA O BRASIL

Cobrando dois terços do planeta e armazenando 97% de toda a água, os oceanos sempre foram fonte de vida e riqueza. Foi na água que surgiram os primeiros sinais de vida na Terra. Das prosaicas embarcações da pré-história, à base de troncos de madeira, juncos e bambus, às modernas embarcações – passando pelas caravelas Santa Maria, Pinta e Nina, da frota de Cabral, que pela historiografia oficial aqui aportaram para descobrir o Brasil – os oceanos têm importância histórica e, por isso mesmo, vital para o homem.

por **NELSON TUCCI**

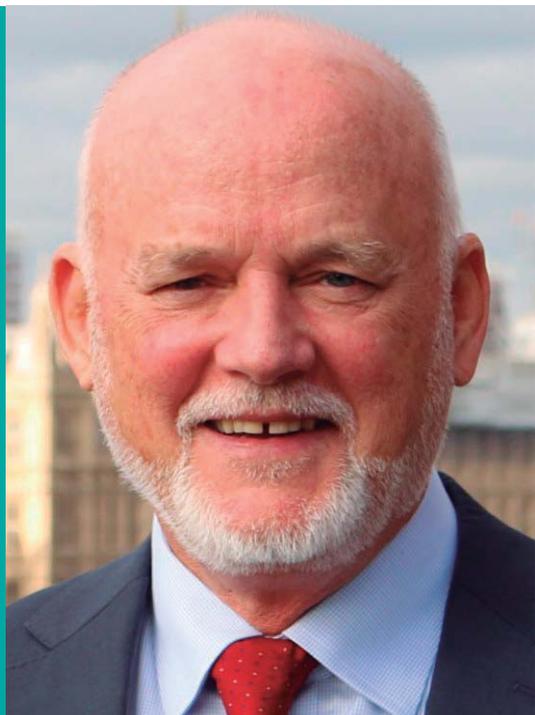
Mais que “plataforma de transportes”, os oceanos produzem 70% de todo o oxigênio - pela fotossíntese marinha -, insumos farmacológicos, são referência à segurança alimentar de 3 bilhões de pessoas e possuem uma (ainda) incalculável abundância de minérios, além de ser fonte de energia (por correntes marítimas, pelas ondas e pelos ventos).

Não à toa, a Marinha do Brasil chama o “nosso oceano” de *Amazônia Azul*, dado o seu grande potencial de riqueza, e já reivindica junto à Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de Estudo do Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira, o aumento do território brasileiro dos atuais 3,6 milhões de km² para 5,7 milhões de km².

Para discutir toda essa grandiosidade (*cujo mapeamento não chegou ainda a 10%*) que está intimamente ligada – daí a razão

de muitos cientistas e ativistas tratarem os cinco oceanos como um só Oceano, já que as águas se encontram, a exemplo dos rios – a ONU promoverá a Conferência dos Oceanos, em Lisboa (Portugal), entre os dias 27 de junho e 1 de julho próximos.

As indústrias oceânicas precisarão não só viver do mar, mas também pelo mar, como prevê a ODS 14 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). Até 2030 os oceanos poderão produzir 40 vezes mais energia que temos atualmente, seis vezes mais alimentos, 12 milhões de novos empregos e US\$ 15 trilhões de investimentos sustentáveis. “No entanto, é preciso que governos, indústrias e sociedade civil unam forças e tomem medidas para reverter o declínio dos oceanos”, apregoa **Peter Thomson**, secretário-geral para os Oceanos, da ONU.



PETER THOMSON, ONU

“

Até 2030 os oceanos poderão produzir 40 vezes mais energia que temos atualmente, seis vezes mais alimentos, 12 milhões de novos empregos e US\$ 15 trilhões de investimentos sustentáveis. No entanto, é preciso que governos, indústrias e sociedade civil unam forças e tomem medidas para reverter o declínio dos oceanos.

”

A DÉCADA DOS OCEANOS

O assunto Oceano é tão relevante que a Organização das Nações Unidas criou a “Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável”, ou simplesmente “Década dos Oceanos”, de 2021 a 2030, a fim de promover uma estrutura comum para apoiar os países na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Foi constituída a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da Unesco para trabalhar com todas as partes interessadas. A ideia é criar um alicerce, por meio da interface ciência-política, para fortalecer a governança com os oceanos e zonas costeiras.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por sua vez, elaborou o estudo *The Ocean Economy in 2030* mostrando que, para muitos, o Oceano é a nova fronteira econômica e promete uma imensa riqueza de recursos e um grande potencial para impulsionar o crescimento econômico, o emprego e a inovação.

O estudo destaca que a economia oceânica global, medida em termos da contribuição das indústrias baseadas no Oceano para a produção econômica e o emprego, é significativa. E, assinala os cálculos preliminares com base no *Banco de Dados da Economia Oceânica da OCDE* que a contribuição da economia oceânica em 2010, de forma muito conservadora, foi de US\$ 1,5 trilhão, ou aproximadamente 2,5% do valor agregado bruto (VAB) mundial. O petróleo e o gás *offshore* representaram um terço do valor agregado total das indústrias de base oceânica, seguidos pelo turismo marítimo e costeiro, equipamentos marítimos e portos. O emprego direto em tempo integral na economia oceânica totalizou cerca de 31 milhões de empregos em 2010. Os maiores empregadores foram a pesca de captura industrial com mais de 1/3 do total e o turismo marítimo e costeiro com quase 1/4.

LEGISLAÇÃO

Professora da Universidade Federal do Ceará e doutora em Direito Internacional do Meio Ambiente (Université de Paris e Universidade de São Paulo), **Tarin Mont'Alverne** destaca que pouco mais de 5% do fundo do oceano, em escala global, está mapeado em alta resolução e que parte disso está em águas nacionais (ZEE) e não em águas internacionais.

“Se a Economia Azul fosse uma economia de um país, seria a sétima maior do mundo e o Oceano, enquanto entidade econômica, seria membro do G7”, destaca, acrescentando adiante que este campo de ação é o mais vasto ecossistema do planeta: os oceanos albergam 97% de toda a nossa água e 80% de todas as formas de vida.



Se a Economia Azul fosse uma economia de um país, seria a sétima maior do mundo e o Oceano, enquanto entidade econômica, seria membro do G7.



Do ponto de vista da legislação, sublinha que ao tratar da proteção dos oceanos, em uma perspectiva jurídica, “precisamos, em primeiro lugar, citar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), negociada durante mais de nove anos e firmada em Montego Bay, na Jamaica, em 1982”. De acordo com a professora, a convenção constitui o principal arcabouço político e jurídico para regulamentar o uso dos oceanos. “Conhecida como a Constituição do Mar, normatiza todos os aspectos do universo marítimo, inclusive delimitação das fronteiras, regulamentos ambientais, investigação científica, comércio e resolução dos conflitos internacionais envolvendo questões marinhas, proteção da biodiversidade, etc.”.

Depois de se referir aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como um avanço, Tarin lembra do ODS 14 que prevê a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos.

Toda a comunidade oceânica está diante de uma oportunidade histórica para unir esforços, mobilizar recursos, estabelecer parcerias com o setor privado e o público em geral, e envolver os governos e organismos internacionais em direção ao “Oceano que Precisamos para o Futuro que Queremos”, frisa a doutora em direito ambiental, enfatizando o ponto em que se encontra o país: “O nosso grupo de pesquisa observou que essa discussão acerca da conservação dos oceanos não está no mesmo estágio de maturidade no mundo, e, particularmente, no Brasil, ainda é muito incipiente...”.

Ainda de acordo com a docente e pesquisadora da UFCE, o que se observa no Brasil é a inexistência de estratégias para o desenvolvimento, Políticas Públicas relacionadas ao ambiente marinho revelando a subutilização dos recursos marinhos, de forma sustentável, em detrimento do vasto potencial da Amazônia Azul. Depois de destacar o PL 6969/2013, tramitan-



TARIN MONT'ALVERNE, UFCE

do na Câmara, que estabelece o bioma marinho, lembra que a expressão *Amazônia Azul* foi escolhida pela Marinha do Brasil, que assim faz um paralelo entre as riquezas existentes no nosso mar territorial com as presentes na *Amazônia Verde*.

Por uma questão estratégica, a própria Marinha se encarregou de enviar o “*Estudo do Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira*” para a ONU, pleiteando acréscimo de 2,1 milhões de km² ao território nacional que, somados aos 3,6 milhões de km² de ZEE, totalizará uma área marítima de 5,7 milhões de km², ampliando a nossa *Amazônia Azul* (veja mais pelo [link: www.marinha.mil.br/secirm/leplac](http://www.marinha.mil.br/secirm/leplac)).

MARINHA

Cabe destacar que existe no Brasil uma Comissão Interministerial para cuidar desse assunto, composta pelos seguintes ministérios: Defesa; Relações Exteriores; Infraestrutura; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Educação; Saúde; Minas e Energia; Economia; Ciência, Tecnologia e Inovação; Meio Ambiente; Cidadania; Turismo; e Desenvolvimento Regional. Também participam da CIRM a Casa Civil da Presidência da República e o Comando da Marinha. É interessante ressaltar que o Comandante da Marinha é designado Autoridade Marítima do país, sendo o Coordenador da CIRM – o que reforça o relevante papel da Marinha do Brasil no que se refere à *Amazônia Azul*.

Política Costeira

O país começa a implementar a Política Costeira e o estado de Pernambuco é um dos que está mais acelerado. A Revista RI conversou com a coordenadora local, **Andréa Olinto**.

RI: Quais os principais desafios da Política Costeira de Pernambuco?

Andréa Olinto: O grande desafio da complexa Política de Gerenciamento Costeiro pode ser caracterizado pela necessidade de articulação e integração das agendas dos diversos setores que tem políticas específicas incidentes na área, com várias ações de governança e intervenções no território costeiro e marinho.

RI: Nesta fase de implantação, o que você apontaria?

Andréa Olinto: O estabelecimento e ampliação de um corpo técnico exclusivo é um dos pontos. Depois os recursos para implementação de ações que minimizem os principais impactos sobre a zona costeira: 1) Impactos das mudanças do clima, acentuando a vulnerabilidade física da zona costeira diante da elevação do nível do mar, com riscos de erosão costeira e de inundação intensificados pela ocorrência de eventos extremos, como a passagem de ciclones extratropicais. Dentre os principais efeitos da elevação do nível médio do mar; 2) Pressão antrópica, aumentando a vulnerabilidade de seus componentes bióticos e abióticos à poluição e outras formas de degradação. Os conflitos de uso do solo e problemas associados ao desenvolvimento do turismo, a especulação imobiliária, erosão costeira e avanço do mar ou em muitos casos o avanço das construções sobre o ambiente praia, que desencadeia o processo erosivo, lixo no mar, dentre outros; 3) Derramamento de petróleo, que ocasionou impactos socioambientais, muitos ainda desconhecidos, sobre as áreas sensíveis (estuários, corais, manguezais, entre outras áreas de especial proteção ambiental) e populações de pescadores, marisqueiras e comunidades tradicionais afetadas e que têm sido uma das preocupações principais do Estado de Pernambuco.



ANDRÉA OLINTO, Estado de Pernambuco

“ O grande desafio da complexa Política de Gerenciamento Costeiro pode ser caracterizado pela necessidade de articulação e integração das agendas dos diversos setores que tem políticas específicas incidentes na área, com várias ações de governança e intervenções no território costeiro e marinho. ”

RI: Em relação ao conhecido e badalado arquipélago brasileiro, sob jurisdição pernambucana, indagamos: Fernando de Noronha requer uma atenção diferenciada?

Andréa Olinto: O Arquipélago de Fernando de Noronha tem uma estrutura de administração estadual, que contempla uma superintendência de Meio Ambiente, além da administração exercida pelo ICMBIO, uma vez que a maior parte do território tem duas categorias de Unidades de Conservação federais (UCs) e uma Área de Proteção Ambiental (APA), estadual. A UC Federal de proteção integral Parque Nacional Marinho foi criada com o objetivo de *valorizar os ambientes naturais e a beleza cênica local, protegendo os ecossistemas marinhos e terrestres, preservando a fauna, a flora e os demais recursos naturais.* (ICMBio).

RI: Qual o tamanho do território marinho de PE?

Andréa Olinto: A Zona Costeira do Estado de Pernambuco abrange uma faixa terrestre composta pelos municípios costeiros e uma faixa marítima de 12 milhas náuticas ao longo de 187km de costa, perfazendo uma área aproximada de 4.100km². O Parque Nacional Marinho abrange a maior parte do arquipélago de Fernando de Noronha, formado por 2/3 da ilha principal e inclui todas as ilhas secundárias, perfazendo uma área total de 112,7 km².

RI: Que medidas a sua gestão tem levado a efeito, considerando os pilares da Sustentabilidade (inclusa a ODS 14, naturalmente)?

Andréa Olinto: Ultimamente estamos implementando ações de adaptação às mudanças climáticas que promovam a conservação da biodiversidade marinha, que dentre outras podemos destacar: Zoneamento Ambiental e Territorial das Atividades Náuticas (ZATAN) no estado de Pernambuco é um instrumento da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei 14.258/2010), e é um importante instrumento de planejamento e gestão ambiental que visa a conservação do ambiente costeiro e marinho e a harmonização e o ordenamento dos diversos usos no ambiente costeiro e marinho: atividades pesqueiras, náuticas, manejo de áreas, turismo e demais atividades socioeconômicas desenvolvidas nesse ambiente. Tem também o Plano de Combate ao Lixo no Mar (PACOLMAR/PE), de modo a reverter o problema da poluição dos oceanos, que vem causando perda da biodiversidade, com graves impactos ambientais que atingem desde o zooplâncton, até tartarugas e aves marinhas. O plano segue as

“

A área marinha, do ponto de vista econômico, é importante para o transporte marítimo, o turismo e a pesca, bem como tem potencial mineral, energético, bioquímico e farmacológico.

”

diretrizes do Plano Nacional e atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) 12, que visa “Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”, e o ODS 14, cujo objetivo é “Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”. Estudo de capacidade de carga de embarcações e usuários da região do estuário do Rio Formoso, praias do município de Tamandaré, parte das praias do município de Sirinhaém, incluindo a ilha de Santo Aleixo são áreas com uma biodiversidade singular abrangendo uma grande variedade de ecossistemas (manguezais, recifes de arenitos e de corais, coroa, ilhas e restingas) com usos recreativos que vão de baixa a elevada densidade de visitação e de tráfego de embarcações.

RI: Que negócios o mar de Pernambuco pode gerar, com sustentabilidade?

Andréa Olinto: A área marinha, do ponto de vista econômico, é importante para o transporte marítimo, o turismo e a pesca, bem como tem potencial mineral, energético, bioquímico e farmacológico.

RI: Investidores e empresários de uma forma geral têm consciência de tais potencialidades?

Andréa Olinto: No Mar Territorial da Zona Costeira de Pernambuco estão previstas as atividades de exploração de óleo e gás nas bacias petrolíferas offshore em blocos de petróleo já licitados; turismo de mergulho em naufrágios e nas Unidades de Conservação Marinha; mineração de jazida de areia submarina localizada na zona marítima do litoral sul de Pernambuco, para restauração das praias marítimas de Pernambuco.



CELIO FERNANDO MELO, Estado do Ceará

“
As áreas de mangues captam pelo menos quatro vezes mais carbono que as florestas, por isso se quisermos pensar em mercado de carbono, é razoável cuidarmos desse patrimônio.”

VANGUARDA

Se tem um estado brasileiro que se notabiliza nos últimos tempos, em termos ambientais, este é o Ceará. Em parte pelo interesse e atitudes do economista **Célio Fernando Bezerra Melo**, cuidando do desenvolvimento da terra sem perder o olhar sustentável. Atualmente ele está na Casa Civil, impulsionando a Secretaria Executiva de Regionalização e Modernização. Vice-presidente da APIMEC Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) ele conhece bem a área de finanças e o que os investidores – nacionais e estrangeiros – miram na hora de aplicar seu dinheiro.

Além de praias paradisíacas, Fortaleza tem como fator de atração os quase 6.000 km de distância da Europa e uma parte das águas (Parque Estadual Marinho, de 50 km²) chamadas localmente de “Caribe brasileiro”. Logo, a importância oceânica para o estado do romancista José de Alencar está fora de discussão. O mar territorial no Ceará tem 249 mil m², ou seja, 1,7 vez maior que a porção de terra. “A propriedade do oceano é federal, mas o domínio é nosso para exploração de petróleo, gás e outras riquezas marinhas”, comenta Célio Fernando. Aliás, o próprio secretário esteve em Glasgow, acompanhando a COP 26, onde apresentou o potencial do estado bem como as áreas de transição de biomas.

“As áreas de mangues captam pelo menos quatro vezes mais carbono que as florestas, por isso se quisermos pensar em mercado de carbono é razoável cuidarmos desse patrimônio”, diz Célio Fernando ao revelar que encaminhou pedido ao Reino Unido de 10 milhões de libras esterlinas para os 19 mil m² de mangues espalhados ao longo de 573 km de costa.

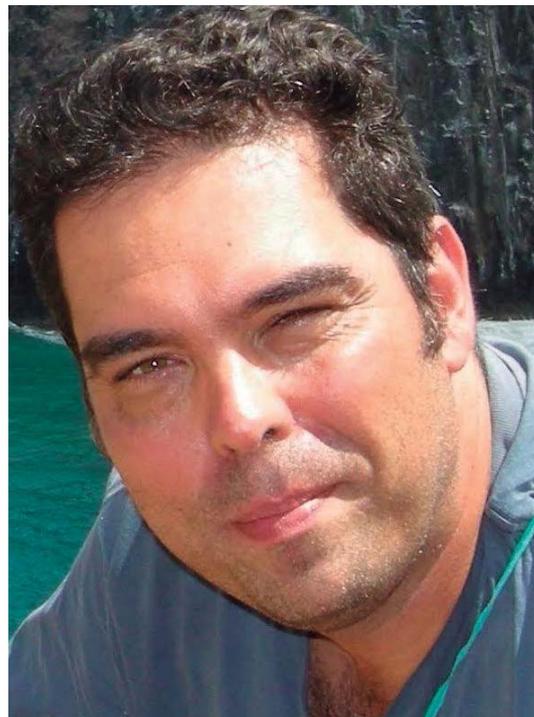
Para reforçar a política sustentável, o governo do estado lançou o Atlas Digital Costeiro Marinho do Ceará. O trabalho é parceria do Programa Cientista-Chefe da UFCE (Universidade Federal) com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e está hospedado na Plataforma Estadual de Dados Espaciais, com informações sobre pesca, aquicultura, turismo, mineração, energias renováveis e hidrogênio verde paralelamente às características físicas, químicas e biológicas do Oceano. Junto deste lançamento, o governo do Ceará assinou o Decreto n^o 34.457, em 10 de dezembro último, criando o Grupo de Trabalho para elaboração do Planejamento Espacial Marinho.

Ainda dentro do oceano Atlântico não é demais lembrar que o Ceará tem o hub tecnológico de telecomunicações conectando 12 cabos submarinos de fibra óptica ligando América do Norte, Europa e África. É o segundo maior do mundo, perdendo apenas para o Japão (com 13). Mas isto não é tudo. Há

“

Temos diversos caminhos para fomentar a economia sustentável do Oceano, desde o uso de recursos naturais, associados ou não à biodiversidade, como pescada e minérios, até o desenvolvimento de serviços que potencializem as atividades realizadas no mar, como navegação e recreação e lazer.

”



ALEXANDER TURRA, USP

estudos sobre segurança marítima (em apoio à Marinha do Brasil, carente de recursos financeiros), produção flutuante (a Kawasaki, por exemplo, já faz barco movido a hidrogênio substituindo o óleo combustível), geração de energia eólica e de energia por correntes marítimas, processos de dessalinização da água (a exemplo do que faz Israel), erradicação da fome (com políticas ESG para a segurança alimentar) e a criação de Fundos de Inovação e Economia do Mar. “Eu fortaleço a base, para não ficarmos só na retórica”, enfatiza o VP da APIMEC Brasil.

CÁTEDRA UNESCO

Negócios voltados à produção de energias limpas ainda são emergentes no país, portanto existe um espaço grande para crescer.

“Temos diversos caminhos para fomentar a economia sustentável do Oceano, desde o uso de recursos naturais, associados ou não à biodiversidade, como pescada e minérios, até o desenvolvimento de serviços que potencializem as atividades realizadas no mar, como navegação e recreação e lazer”, diz o professor **Alexander Turra**, acrescentando que “um setor ainda emergente no Brasil equivale às energias limpas e renováveis que têm no Oceano um manancial de

possibilidades, a partir do vento e do sol, mas também com base em ondas, correntes, marés e gradiente de temperatura e salinidade”.

Turra é professor titular do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP). Biólogo de formação, tem doutorado em ecologia e é condecorado pela Marinha do Brasil e pela na School of Ocean Sciences, Bangor University, do Reino Unido. Uma das autoridades mais respeitadas sobre oceanos, no Brasil, é também membro do Comitê de Assessoramento da Década, no país, e coordenador da Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano (sediada no Instituto de Estudos Avançados da USP) – arranjo institucional para abordar temas caros à Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Em sua avaliação, o Brasil tem visão de longo prazo sobre o Oceano, mas enfrenta o gargalo das políticas públicas com as respectivas: implementação e qualificação de pessoal. “É preciso termos continuidade de projetos e investimentos, sem o quê fica difícil”. Sobre a Economia Azul propriamente, comenta que a ciência “é preponderante, pois forma a base de uma série de possibilidades de atividades econômicas que ainda precisam ser desenvolvidas e implementadas



TATIANA ZANARDI, Climate Smart

“

Por “Nova Economia Azul” nos referimos às *startups* que estão trazendo soluções para recolher e transformar o resíduo já disposto em rios, áreas costeiras e Oceano (a exemplo da *OceanPact*); a novos formatos de pesca sustentável; e à bioeconomia Azul, que tem um crescente interesse por vários tipos de indústrias, como as de alimentos e as farmacêuticas.

”

no ambiente marinho”. E acrescenta: “A ciência também é essencial para o uso sustentável do território, por meio da identificação de áreas prioritárias para conservação e do monitoramento da saúde do Oceano”.

Chamando a atenção para a necessidade de o Brasil estar permanentemente alinhado com os acordos internacionais, dos quais é signatário – como a Agenda 2030 da ONU, com seus 17 ODS –, Turra pensa que uma eventual mudança de governo pode ser até boa para que “as agendas científica, ambiental e social, todas fortemente ligadas, no que toca o Oceano, sejam fortalecidas e prosperem”.

Ele se empolga sempre ao discorrer sobre as potencialidades do Oceano, lembrando que a produção por correntes marítimas, ondas e ventos deverá aumentar a produção de energia em até 40 vezes no ano 2030. Além dos 12 milhões de novos empregos, estima-se que por meio da aquicultura o mundo vá criar seis vezes mais alimentos e, no final da década, se contabilizarão US\$ 15 trilhões de investimentos sustentáveis.

Mas, no meio do caminho tem uma guerra no leste europeu. Em relação ao conflito na Ucrânia, o professor vê “rebatimentos na economia do Oceano” e aponta: “Um deles está diretamente relacionado ao transporte marítimo associado

ao comércio exterior. Com as sanções impostas à Rússia, o fluxo de mercadorias foi afetado. Por outro lado, com os movimentos militares no Mar Negro, diversas atividades têm sido comprometidas, dentre elas a pesca. E, por razões óbvias, atividades de lazer e recreação associadas ao ambiente marinho – que são importantes fontes de dinamização da economia – deixaram de ser realizadas na Ucrânia”.

E finaliza, com um pensamento de sua lavra: “O oceano é inspirador e envolvente; que esteja na cabeça, no coração e na alma de todos”.

EDUCAÇÃO E COMPLIANCE

A exemplo do professor Turra, da USP, **Tatiana Zanardi** também dá a sua contribuição para os oceanos. Diretora do Comitê de Economia Azul do Instituto Climate Smart, co-fundadora do projeto *Ocean Alive*, nos últimos 10 anos vem documentando os desafios e problemas do Oceano, assim como as soluções.

Ela vive a bordo do catamarã *Ocean Eyes*, baseado no Caribe, onde promove viagens com propósito para a conscientização sobre a importância e oportunidades relacionadas à Economia Azul. Ela é velejadora, capitã, mergulhadora, cinegrafista e embaixadora do “*Mares para Siempre*”, iniciativa do *Marine Stewardship Council*.

A Década dos Oceanos traz o tema da Economia Azul para o centro das discussões que envolve desde *Blue Literacy*, ou seja, processos de educação relacionados ao valor e importância dos oceanos, como também o aspecto tanto de *compliance* quanto de oportunidade para as empresas da “tradicional” Economia Azul e da “Nova” Economia Azul. Influenciadora digital, com mais de 20 mil seguidores no Facebook e Instagram, ela define como tradicional as empresas de transporte marítimo, portos, óleo e gás e a pesca. “Por “Nova Economia Azul” nos referimos às startups que estão trazendo soluções para recolher e transformar o resíduo já disposto em rios, áreas costeiras e Oceano (a exemplo da OceanPact); a novos formatos de pesca sustentável; e à bioeconomia Azul, que tem um crescente interesse por vários tipos de indústrias, como as de alimentos e as farmacêuticas”.

A velejadora e educadora destaca que o Brasil tem 7.367 km de área costeira “faceando o Oceano Atlântico”, e as principais Bacias Hidrográficas da América do Sul (Amazonas, Tocantins-Araguaia, Tietê-Paraná, entre outras), e a atividade econômica com maior participação do PIB é a agricultura e pecuária, exportadas via transporte marítimo. “No Instituto Climate Smart, trazemos a perspectiva sistêmica do Azul, unido as bacias hidrográficas, os rios, os manguezais, áreas costeiras e o Oceano. E trazemos junto o elemento Circularidade, porque o Azul e o Circular são intrinsecamente conectados”.

EMPRESAS E SOLUÇÕES

Há várias soluções de empreendedores brasileiros que abordam justamente os desafios de gestão do resíduo plástico (em todas as formas e tamanhos), iniciativas de conservação de áreas costeiras unindo diferentes cadeias de valor, sistemas de rastreabilidade de pescados, aponta ela, destacando que “o grande desafio está em apoiar esses empreendedores (incubação) e canalizar recursos financeiros para uma Economia Circular e Azul”.

Sobre as *startups*, Tatiana diz que se pegarmos o ranking por país daquelas voltadas à Economia Azul, aparecerão Estados Unidos, Noruega, Reino Unido, Holanda e Canadá. “Apenas 10% dessas *startups* foram identificadas como tendo a base na América Latina” e propõe que é preciso “replicar a experiência da construção de uma *Economia Verde, para uma Economia Azul*”. E completa: “O Oceano é a nossa principal fonte de oxigênio e contribui para a cadeia alimentar de mais de 3 bilhões de pessoas em todo o mundo. Metade dos recifes de coral do mundo foram perdidos desde 1980 e 50% dos manguezais desapareceram, apenas no último meio século. Além disso, o ecossistema de manguezais, gramas marinhas

e pântanos salgados pode armazenar até 10 vezes mais carbono, e mais rapidamente, que as florestas tropicais. Fornece também proteção crítica contra os impactos da mudança climática, atenua a energia das ondas, o impacto das ressacas e os efeitos das tempestades, e adapta-se à elevação do nível do mar, estabilizando as linhas costeiras contra a erosão”.

PARADIGMA

Vivemos, atualmente, uma mudança de paradigma. Esta é constatação do biólogo marinho e documentarista **Ricardo Gomes**, diretor do Instituto Mar Urbano que, entre outros projetos, tem a observação e proteção das raias gigantes na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro. “Nós divulgamos o conhecimento, pois só poderemos proteger o que conhecemos”, diz ele, afirmando que aquilo que fizermos em relação aos oceanos, agora, impactará fortemente o futuro.

Em sua opinião, o momento é disruptivo e a empresas, bem como outros setores da sociedade, que não se reinventarem, poderão estar com os dias contados. “A empresa não pode pensar só no lucro e o investidor precisa, necessariamente, considerar a sustentabilidade em suas ações”, prega Gomes entendendo que o mercado de capitais neste momento pode exercer “um papel de vanguarda”. E sintetiza: “Antes de investir em qualquer empresa, o investidor precisa perguntar: qual a pegada de carbono desta companhia?”.

A propósito do mercado de capitais, ele diz que o CEO da OceanPact é parceiro da ONG. “O **Flávio Andrade** é uma figura exemplar e tem emprestado um apoio formidável para o trabalho nas áreas de mangue e biodiversidade marinha”. Em junho próximo Ricardo Gomes estará em Lisboa, na Conferência dos Oceanos, apresentando documentário, de 26 minutos, intitulado “Rios Urbanos”, sobre os rios portugueses. A exemplo do Oceano, cuja tese defendida é que se trata de um só, para os rios se dá o mesmo: na interligação, temos um só rio.

DEMARCAÇÃO

Até a virada do Século XIX para o XX pouco se atentava para a demarcação de terras e fronteiras (tanto que o Brasil negociou o Acre com a Bolívia no início do Século XX), lembra o economista e expert em mercado de capitais e sustentabilidade, **Eduardo Werneck**, presidente do Conselho Diretor da APIMEC Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais). Em um cálculo rápido, diz que o Brasil conquistando as milhas marítimas pleiteadas e estendendo o mar territorial para 5,7 milhões de km², terá uma área equivalente, no Oceano, a Amazônia Legal.



RICARDO GOMES, Mar Urbano

“

O mercado de captais neste momento pode exercer um papel de vanguarda. Antes de investir em qualquer empresa, o investidor precisa perguntar: qual a pegada de carbono desta companhia?

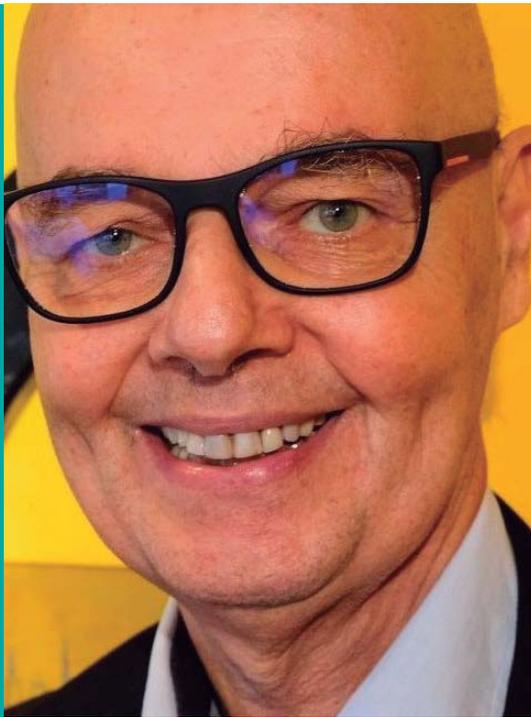
”

Para ele, é importante olharmos o oceano “para além da janelinha do avião” e descobrir o que efetivamente existe nele. A riqueza mineral – como cobre, cobalto e níquel – chama a atenção de Werneck, que aplaude o interesse da Marinha e da Academia em estudos de projetos. “É preciso monitorar a exploração”, alerta o economista, lembrando que fontes limpas de energia, como a eólica, podem ganhar grande impulso inclusive com a Petrobras investindo no negócio. “Ora, se a companhia tem tecnologia para exploração de petróleo, pode desenvolver conhecimento para outras explorações também”, pondera. A crise do gás europeu (exportado pela Rússia), com a guerra na Ucrânia, abre a possibilidade de acelerar os estudos para a geração de novas fontes de energia.

Paralelamente ao surgimento de startups, o Brasil precisa investir forte em Pesquisa & Desenvolvimento e no patrulhamento da costa – opina o analista sênior de mercado. “O mar é muito relevante e precisamos de uma visão ESG (práticas ambientais, sociais e de governança) sobre ele a fim de termos claramente na mesa todos os riscos e oportunidades mapeados.

EVENTOS “ECONOMIA AZUL”

Economia Circular e Azul: No último dia 24 o Climate Smart Institute lançou publicação, em evento online, intitulado “As bases para a construção da Economia Circular e Azul para o Brasil”. O estudo traz capítulo específico sobre o Carbono Azul, advindo dos Manguezais. A proposta do instituto é difundir o setor como uma das grandes oportunidades das próximas décadas, uma vez que envolve a construção de novos mercados, a partir de um *mix* entre economia circular, gestão de resíduos industriais, bioeconomia azul e verde, turismo responsável e conservação de manguezais. A publicação foi criada a partir do *Summit Blue-ing the Circular Economy 2021*, evento organizado pelo Climate Smart Institute, no ano passado, que reuniu mais de 50 palestrantes com um público de 180 pessoas. “Quando buscamos e estruturamos projetos na Economia Circular e Azul, priorizamos uma perspectiva da terra para o mar, ou seja, como o comportamento do consumidor, das empresas e dos Governos influenciam na gestão dos resíduos ou do uso mais sustentável dos produtos e recursos para resultar em menor impacto nos recursos hídricos e no Oceano”, comenta Tatiana Zanardi, diretora do Instituto Climate Smart. Entre os pontos da publicação está o desafio de financiar a Economia Circular e Azul no Brasil, e as possíveis conexões com ESG frente a necessidade das empresas de se alinharem a uma estratégia de menor resíduo e circularidade, como também de Investimento de Impacto.



EDUARDO WERNECK, APIMEC Brasil

“

O Brasil precisa investir forte em Pesquisa & Desenvolvimento e no patrulhamento da costa. O mar é muito relevante e precisamos de uma visão ESG sobre ele a fim de termos claramente na mesa todos os riscos e oportunidades mapeados.

”

O Valor do Mar: Este é o nome do livro apresentado na Semana do Mar de 2019 e atualizado, em 2ª edição, em 2020. A publicação, apoiada pela Marinha do Brasil, tem como organizadores André Panno Beirão, Miguel Marques e redação final de Rogério Raupp Ruschel. Ricamente ilustrado, “O Valor do Mar – Uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil” tem 260 páginas e propõe a discussão da importância do Oceano para os brasileiros, em todas as dimensões – social, econômica, cultural, histórica, ambiental, científica, estratégica e geopolítica – bem como a necessidade de o país ter um projeto de desenvolvimento sustentável dos recursos do mar.

Marina Week: Promovida pela Cátedra Unesco para Sustentabilidade dos Oceanos, em parceria com a Universidade de São Paulo, e a Scientific American Brasil, com apoio da Marinha do Brasil, entre outros, acontecerá a Semana do Mar entre os dias 31 de maio e 5 de junho próximo, com vasta programação. Evento, oficialmente denominado Marina Week, terá como palco o Memorial da América Latina, em São Paulo. Entre os painéis definidos, participantes

poderão assistir a “Economia Azul: Conceito e Desenvolvimento Internacional”, “Perspectivas e Potencialidades da Economia Azul no Brasil”, “Conhecimento, Ordenamento e Vigilância do Espaço Marítimo Brasileiro”, “Cases de Sucesso”, e mais: “Mudanças climáticas”, “Conservação da biodiversidade”, “Poluição marinha” e “Comunicação para a sociedade”. Em um dos dias haverá apresentação de empresas que espontaneamente tomam atitudes sustentáveis em favor do Oceano. **RI**

NOTA: A Revista RI procurou algumas companhias abertas e entidades focadas em sustentabilidade, vinculadas direta ou indiretamente ao mar. A OceanPact, entre outras, prontamente responderam. Três delas ficaram de responder a entrevista, por email, mas não retornaram. Outras simplesmente declinaram do convite. Este fato, demonstra a falta de interesse e/ou conhecimento sobre este importantíssimo tema. Esperamos que, trazendo essa pauta ao debate, esse quadro de “desconhecimento” e “desinteresse” se reverta o mais breve possível.